



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de setembro de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 54 e 55, das reuniões de 19 e 26 de julho;
2. Distribuição de iniciativas para efeitos de elaboração de parecer:
 - [Projeto de Lei n.º 859/XV/1.ª \(IL\)](#) - «Aprova a Lei de Bases do Sistema Universal de Acesso à Saúde, procedendo à revogação da Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro»;
Deputado Autor do Parecer: PS;
 - [Proposta de Lei n.º 18/XV/1.ª \(ALRAA\)](#) - «Regulamentação da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde»
Deputado Autor do Parecer: PSD;
 - [Proposta de Lei n.º 101/XV/1.ª \(GOV\)](#) - «Autoriza o Governo assegurar a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (CE) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos»
Deputado Autor do Parecer: PSD;
3. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator da [Petição n.º 135/XV/1.ª](#) - «Enfermeiros reclamam a correta contabilização de pontos no descongelamento de carreira»
(7.944 assinaturas)
Deputado Relator: PS;
4. Deliberação sobre a admissibilidade e eventual designação de relator da [Petição n.º 200/XV/1.ª](#) - «Extensão do período de preservação da fertilidade feminina»
(1 assinatura)
Deputado Relator: PS;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

5. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 682/XV/1.ª \(CH\)](#)
- «Altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, procedendo à inclusão da normalização das boas práticas de Saúde Materna e Obstétrica e do papel do Enfermeiro Especialista em Saúde Materna e Obstetrícia na Rede de Cuidados Primários»
Deputado Autor do Parecer: Eduardo Oliveira (PS);
6. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 735/XV/1.ª \(IL\)](#)
- «Legaliza a canábis»
Deputado Autor do Parecer: Miguel Matos (PS);
7. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 788/XV/1.ª \(BE\)](#)
- «Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde e dos serviços e organismos sob administração direta ou indireta do Ministério da Saúde»
Deputado Autor do Parecer: Paulo Marques (PS);
8. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 88/XV/1.ª \(GOV\)](#) - «Transpõe a Diretiva Delegada (UE) 2022/2100 e reforça normas tendentes à prevenção e controlo do tabagismo»
Deputado Autor do Parecer: João Dias (PCP);
9. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 812/XV/1.ª \(CH\)](#)
- «Altera o Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, de forma a garantir o acesso universal a Médico Especialista em Medicina Geral e Familiar»
Deputada Autora do Parecer: Berta Nunes (PS);
10. Apresentação e votação dos relatórios finais das seguintes petições:
 - [Petição n.º 34/XV/1.ª](#) - «Valorização dos Enfermeiros e Enfermagem»
Deputado Relator: Eduardo Oliveira (PS);
 - [Petição n.º 90/XV/1.ª](#) - «Pela progressão automática extraordinária dos psicólogos do SNS na Carreira de Técnico Superior de Saúde - Ramo Psicologia Clínica»
Deputada Relatora: Fátima Ramos (PSD);

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

- [Petição n.º 95/XV/1.ª](#) - «Direitos na Saúde para Portadores da doença Hidradenite Supurativa»
Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);
 - [Petição n.º 115/XV/1.ª](#) - «Cheque Saúde Oral Universal»
Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD);
 - [Petição n.º 147/XV/1.ª](#) - «Criação de um SUB - Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande»
Deputado Relator: Jorge Gabriel Martins (PS);
11. Deliberação, nos termos do artigo 75.º, n.º 9, do RAR, sobre a apresentação de um voto «de saudação a Maria da Graça Freitas por quatro décadas de dedicação ao serviço público na área da Saúde»;
 12. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo CH](#), para audição urgente da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Serpa, «sobre o acordo de cooperação para a prestação de cuidados no Hospital de São Paulo, em Serpa, estabelecido com a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo»;
 13. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo CH](#), para audição do Ministro da Saúde, «sobre o contrato celebrado para o desenvolvimento da estratégia de comunicação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde»;
 14. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo CH](#), para audição do Ministro da Saúde, sobre o Serviço Nacional de Saúde;
 15. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo BE](#), para audição urgente das demissionárias do serviço de obstetrícia do CHULN, do Conselho de Administração do CHULN e do Ministro da Saúde, «sobre a demissão de vários médicos especialistas em obstetrícia motivada por uma degradação das condições laborais e assistenciais»;
 16. Discussão e votação do [requerimento apresentado pela IL](#), para audição urgente do Ministro da Saúde, «para prestar todos os esclarecimentos relativos à falta de acesso das grávidas às ecografias obstétricas no SNS,

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

às condições contratuais das convenções para estas ecografias com o setor privado, e às medidas que estão a ser tomadas pelo Governo»;

17. Discussão e votação do [requerimento apresentado pelo PCP](#), para audição urgente do Ministro da Saúde, da FNAM, do SEP e da ex-diretora do serviço de obstetrícia do Hospital de Santa Maria, «sobre a saída de profissionais do Serviço de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital de Santa Maria e as consequências para o atendimento à grávida na região de LVT»;

18. Outros Assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.º 54 e 55, das reuniões de 19 e 26 de julho

As atas n.ºs 54 e 55, das reuniões ordinárias de 19 e 26 de julho foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CH, IL e BE.

2. Distribuição de iniciativas para efeitos de elaboração de parecer:

- Projeto de Lei n.º 859/XV/1.ª (IL) - «Aprova a Lei de Bases do Sistema Universal de Acesso à Saúde, procedendo à revogação da Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro»

Deputado Autor do Parecer: PS

O GP do PS indicou o Deputado Jorge Seguro Sanches como Deputado autor do parecer.

- Proposta de Lei n.º 18/XV/1.ª (ALRAA) - «Regulamentação da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde»

Deputado Autor do Parecer: PSD



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

O GP do PSD referiu que indicaria o Deputado autor do parecer posteriormente.

- Proposta de Lei n.º 101/XV/1.ª (GOV) - «Autoriza o Governo assegurar a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (CE) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos»

Deputado Autor do Parecer: PSD

O GP do PSD indicou a Deputada Fernanda Velez como Deputada autora do parecer.

3. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator da Petição n.º 135/XV/1.ª - «Enfermeiros reclamam a correta contabilização de pontos no descongelamento de carreira»

(7.944 assinaturas)

Deputado Relator: PS

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do CH, IL e BE.

O GP do PS indicou o Deputado Paulo Marques como Deputado Relator.

4. Deliberação sobre a admissibilidade e eventual designação de relator da Petição n.º 200/XV/1.ª - «Extensão do período de preservação da fertilidade feminina»

(1 assinatura)

Deputado Relator: PS

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do CH, IL e BE.

O GP do PS indicou a Deputada Patrícia Faro como Deputada Relatora.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

5. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 682/XV/1.ª (CH)
- «Altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, procedendo à inclusão da normalização das boas práticas de Saúde Materna e Obstétrica e do papel do Enfermeiro Especialista em Saúde Materna e Obstetrícia na Rede de Cuidados Primários»

Deputado Autor do Parecer: Eduardo Oliveira (PS)

O GP do PS solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão.

6. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 735/XV/1.ª (IL)
- «Legaliza a canábis»

Deputado Autor do Parecer: Miguel Matos (PS)

O GP do PS solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão.

7. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 788/XV/1.ª (BE)
- «Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde e dos serviços e organismos sob administração direta ou indireta do Ministério da Saúde»

Deputado Autor do Parecer: Paulo Marques (PS)

O Deputado Paulo Marques (PS) apresentou o Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 788/XV/1.ª (BE), o qual submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e BE.

8. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 88/XV/1.ª (GOV)
- «Transpõe a Diretiva Delegada (UE) 2022/2100 e reforça normas tendentes à prevenção e controlo do tabagismo»

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Deputado Autor do Parecer: João Dias (PCP)

O Deputado João Dias (PCP) apresentou o Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 88/XV/1.ª (GOV), o qual submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e BE.

9. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 812/XV/1.ª (CH)- «Altera o Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, de forma a garantir o acesso universal a Médico Especialista em Medicina Geral e Familiar»

Deputada Autora do Parecer: Berta Nunes (PS)

A Deputada Berta Nunes (PS) apresentou o Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 812/XV/1.ª (CH), o qual submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e BE.

10. Apresentação e votação dos relatórios finais das seguintes petições:

- Petição n.º 34/XV/1.ª - «Valorização dos Enfermeiros e Enfermagem»

Deputado Relator: Eduardo Oliveira (PS)

O GP do PS solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão.

- Petição n.º 90/XV/1.ª - «Pela progressão automática extraordinária dos psicólogos do SNS na Carreira de Técnico Superior de Saúde - Ramo Psicologia Clínica»

Deputada Relatora: Fátima Ramos (PSD)

A Deputada Fátima Ramos (PSD) apresentou o [Relatório](#) da petição.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

A Deputada Sofia Andrade (PS) agradeceu à Deputada relatora e deu nota que esta é uma questão relevante e que tem merecido acompanhamento do GPPS.

O Deputado João Dias (PCP) saudou a Deputada relatora e apelou a que não fossem agendadas diligências, nomeadamente audições de peticionários, para quinta-feira de manhã – período regimentalmente reservado aos Grupos Parlamentares –, sublinhando que foi por esse motivo que não esteve presente na audição de peticionários desta petição.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do BE.

- Petição n.º 95/XV/1.ª - «Direitos na Saúde para Portadores da doença Hidradenite Supurativa»
Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD)

O GP do PSD solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão.

- Petição n.º 115/XV/1.ª - «Cheque Saúde Oral Universal»
Deputado Relator: Pedro Melo Lopes (PSD)

O GP do PSD solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião ordinária da Comissão.

- Petição n.º 147/XV/1.ª- «Criação de um SUB - Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande»
Deputado Relator: Jorge Gabriel Martins (PS)

O Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) apresentou o [Relatório](#) da petição.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL e do BE.

11. Deliberação, nos termos do artigo 75.º, n.º 9, do RAR, sobre a apresentação de um voto «de saudação a Maria da Graça Freitas por quatro décadas de dedicação ao serviço público na área da Saúde»

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos (PS) frisou que este é um voto muito oportuno e que merece a concordância do PS.

O Deputado João Dias (PCP) deu nota que, além de oportuno, é um voto merecido, razão pela qual o PCP votará favoravelmente.

Foi deliberado, por maioria, com a abstenção do CH, a apresentação de um [voto](#) «de saudação a Maria da Graça Freitas por quatro décadas de dedicação ao serviço público na área da Saúde», registando-se a ausência da IL e do BE.

O Presidente deu nota que, na elaboração do projeto de voto, teve de se ter em atenção o número de caracteres para que o mesmo pudesse ser lido em Plenário, pois haveria muito mais a dizer sobre a Dra. Graça Freitas.

12. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CH, para audição urgente da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Serpa, «sobre o acordo de cooperação para a prestação de cuidados no Hospital de São Paulo, em Serpa, estabelecido com a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo»

O Deputado Pedro Frazão (CH) apresentou o requerimento começando por referir que o CH tem acompanhado a questão dos problemas com a gestão do Hospital de São Paulo pela Santa Casa da Misericórdia de Serpa, ao abrigo de



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

um acordo de cooperação, desde o início da Legislatura. Lembrou a audição do Movimento em Defesa do Hospital de Serpa, na qual foram transmitidas informações preocupantes, nomeadamente a falta de meios, a diminuição da prestação de cuidados (problemas nas urgências, nas consultas externas e nos meios complementares de diagnóstico). O Deputado fez ainda referência à ausência de bloco operatório, ao comunicado que consta na porta do hospital, às declarações do Secretário de Estado da Saúde, ao falecimento de uma pessoa à porta daquele hospital, bem como às declarações da Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Serpa. Concluiu, dizendo que já foram ouvidas várias entidades sobre este assunto, fazendo sentido ouvir a entidade gestora do hospital de Serpa.

A Deputada Fernanda Velez (PSD) referiu que, atendendo às entidades já ouvidas, faz sentido ouvir também a Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Serpa.

O Deputado João Dias (PCP) começou por dizer que este não é um problema novo e tem trazido muita discussão, tendo referido que, em 2019, foi aquela entidade convocada a falar sobre este assunto, mas que a mesma não mostrou disponibilidade. Sublinhou que o PCP não está em desacordo com a audição da Provedora, dando nota que o PCP já reuniu várias vezes com esta entidade, tendo a última vez sido em junho.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com a abstenção do PCP, registando-se a ausência da IL e do BE.

13. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CH, para audição do Ministro da Saúde, «sobre o contrato celebrado para o desenvolvimento da estratégia de comunicação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde»



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

O Deputado Pedro Frazão (CH) apresentou o requerimento começando por dizer que o contrato celebrado para o desenvolvimento da estratégia de comunicação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, resultou de um concurso público para a aquisição de serviços de assessoria de imprensa, tendo o adjudicatário sido a LPM Comunicação S.A. Deu nota de informações veiculadas pela imprensa, sobre a ligação entre o adjudicatário – empresa fundada por um consultor de marketing político do Partido Socialista – e a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, bem como o facto daquela empresa manter no seu portfólio vários clientes privados do setor de saúde. O Deputado Pedro Frazão (CH) referiu que estas situações podem consubstanciar possíveis conflitos de interesse, razão pela qual deverá ser ouvido o Ministro da Saúde.

O Deputado Luís Soares (PS) referiu que, num estado de direito o que norteia o funcionamento das instituições é a lei, como, aliás, o próprio requerimento refere. Por essa razão, não pode o PS acompanhar o requerimento, pois todas as peças do procedimento de contratação são públicas. Terminou dizendo que não se deve confundir transparência com populismo.

O Deputado Rui Cristina (PSD) referiu que se existe um grupo parlamentar que tem dúvidas sobre determinada questão tem legitimidade para chamar o ministro à Comissão. Referiu que, por razões de transparência, o PSD votará favoravelmente o requerimento.

O Deputado Pedro Frazão (CH) esclareceu o âmbito do requerimento, dizendo que o objetivo do requerimento é a prestação de esclarecimentos sobre os critérios de avaliação utilizados para selecionar o adjudicatário, nomeadamente a independência e imparcialidade da sua seleção, e quais as medidas de mitigação de eventuais conflitos de interesse previstas, bem como de que forma



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

será assegurada que a Direção Executiva do SNS exercerá as suas funções de forma independente e livre de influências externas

O Deputado Luís Soares (PS) voltou a referir que o contrato público em causa cumpriu o Código dos Contratos Públicos, lembrando que, tendo a Assembleia República competência legislativa, o GPCH, tendo dúvidas sobre a lei, pode fazer propostas de alteração da lei.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado, com o voto contra do PS, os votos a favor do CH e do PSD, com a abstenção do PCP e, registou-se a ausência da IL e do BE.

14. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CH, para audição do Ministro da Saúde, sobre o Serviço Nacional de Saúde;

O Deputado Pedro Frazão (CH) apresentou o requerimento começando por aludir ao anúncio do diretor-executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de que partir de janeiro de 2024 o SNS irá sofrer uma grande reforma. Referiu que, atendendo à dimensão das alterações anunciadas, à alteração do financiamento, à transferência de trabalhadores e transferência de competências para os municípios, o CH tem muitas dúvidas que merecem ser esclarecidas. Concluiu, dizendo que, pela importância para o SNS, o Ministro da Saúde deve esclarecer a Assembleia da República sobre estas alterações que irão mudar profundamente a organização da prestação dos cuidados de saúde em Portugal, bem como sobre a questão da falta de publicação dos estatutos da Direção Executiva do SNS.

O Deputado Luís Soares (PS) começou por dar nota que é com agrado que ouve outros partidos, que não o PS, dizerem que está a ser feita uma grande reforma no SNS. De seguida, referiu que esta reforma não é novidade, porquanto esta é



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

uma matéria que o PS tem vindo a debater há muito tempo. Sublinhou que o GPPS entende que é importante ouvir o Ministro da Saúde sobre esta questão para saber como se vai desenvolver este processo.

O Deputado Rui Cristina (PSD) deu nota que o PSD acompanhará o requerimento.

O Deputado Pedro Frazão (CH) esclareceu que fez uma citação e não qualificou a atuação do governo como grande reforma.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com a abstenção do PCP.

15. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição urgente das demissionárias do serviço de obstetrícia do CHULN, do Conselho de Administração do CHULN e do Ministro da Saúde, «sobre a demissão de vários médicos especialistas em obstetrícia motivada por uma degradação das condições laborais e assistenciais»;

O Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o requerimento começando por dizer que a situação que se vive no Hospital de Santa Maria é uma afronta e que está a provocar o afastamento de muitos profissionais. Sublinhou que os profissionais deviam ter sido envolvidos no processo, mas, ao invés, foram afastados. Disse que um Governo que dá aval a uma decisão de uma administração de um hospital tem responsabilidade política e que, por essa razão, deverá ser ouvido na Comissão de Saúde.

O Deputado Luís Soares (PS) começou por recordar que a Comissão de Saúde já ouviu o Professor Ayres de Campos, bem como a presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria. Lembrou que foram referidas nas



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

aludidas audições que se são questões de pormenor que dividem os profissionais: as obras de requalificação. Concluiu dizendo que o GPPS não se opõe, e até considera útil e pertinente, a que a presidente do Conselho de Administração do CHULN e as demissionárias do serviço de obstetrícia do CHULN sejam ouvidas. No entanto, referiu que a audição do Ministro da Saúde sobre uma decisão do Conselho de Administração de um Hospital parece desajustada, podendo sempre o Governo ser questionado sobre esse tema em sede de uma audição regimental. O Deputado Luís Soares (PS) propôs ao BE que a votação sobre a audição das duas entidades fosse desagregada da do Ministro da Saúde.

O Deputado Pedro Frazão (CH) referiu que acompanha este requerimento, sublinhando que este é um assunto que tem vindo a ser acompanhado pelo CH. Lembrou que o CH, tal como o BE, já tinha avisado que esta situação iria acontecer.

O Deputado Rui Cristina (PSD) deu nota que o PSD acompanhará o requerimento.

A Deputada Joana Cordeiro (IL) referiu que acompanha o requerimento, sublinhando que este assunto tem vindo a ser acompanhado pela IL e que é um requerimento oportuno e pertinente. Referiu que é importante a presidente do Conselho de Administração vir esclarecer como estão a ser asseguradas as escalas, mas é ainda mais importante ouvir o Ministro da Saúde sobre esta situação e em relação ao processo de transferência para o Hospital São Francisco Xavier.

O Deputado João Dias (PCP) referiu que o PCP acompanhará o requerimento, lembrando o que o PCP tem um requerimento sobre o mesmo tema. Recordou que, em maio, o PS rejeitou um requerimento do PCP, para ouvir o Ministro da



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Saúde sobre o encerramento de blocos de parto na Região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de ter sido viabilizado quando proposto pelo GPPSD. Aludiu, ainda, ao requerimento do PCP, de outubro de 2022, também rejeitado, sobre o encerramento de maternidades. Lembrou as declarações do Diretor executivo quando disse que apenas 24 grávidas tinham sido transferidas para o privado, dizendo que foi aberta uma porta para o privado e que se assiste a uma perda de acesso de cuidados das grávidas.

O Deputado Pedro Filipe Soares (BE) referiu que não se opõe a que o requerimento seja desagregado. Recordou que esta situação era previsível e que, desde junho, que o BE tem vindo alertar sobre esta questão. Terminou dizendo que existem responsabilidades políticas sobre esta situação.

O Deputado Luís Soares (PS) sublinhou que esta é uma matéria iminentemente operacional e que a resposta aos cidadãos não foi posta em causa.

O Deputado Pedro Filipe Soares (BE) deu nota que o Ministro da Saúde disse que iria ser garantida a tranquilidade, o que não aconteceu, tendo o Ministro caucionado esta estratégia.

Submetido à votação, o requerimento quanto à audição das demissionárias do serviço de obstetrícia do CHULN e do Conselho de Administração do CHULN, foi aprovado, por unanimidade.

Submetido à votação, o requerimento quanto à audição do Ministro da Saúde foi rejeitado, com o voto contra do PS.

O Deputado Pedro Filipe Soares (BE) referiu que a audição ora aprovada às demissionárias do serviço de obstetrícia do CHULN poderá ser efetuada à



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

diretora na qualidade de representante das restantes, o que não mereceu oposição de nenhum Deputado.

16. Discussão e votação do requerimento apresentado pela IL, para audição urgente do Ministro da Saúde, «para prestar todos os esclarecimentos relativos à falta de acesso das grávidas às ecografias obstétricas no SNS, às condições contratuais das convenções para estas ecografias com o setor privado, e às medidas que estão a ser tomadas pelo Governo»

A Deputada Joana Cordeiro (IL) apresentou o requerimento da IL começando por referir que esta questão, apesar de não ser nova, já ultrapassou o limite do razoável, dando nota que as notícias sobre o assunto se têm repetido. Aludiu à dificuldade de acesso a ecografias obstétricas quer no SNS, quer no setor privado, através de convenções, porquanto existem cada vez menos clínicas com estas convenções. Disse que os cuidados de saúde estão a ser postos em causa, uma vez que a vigilância de uma gravidez recomenda a realização de três ecografias principais e que estas ecografias têm um prazo. Lembrando o excelente indicador do SNS sobre mortalidade infantil, a Deputada Joana Cordeiro (IL) referiu que não pode aquele marcador ser posto em causa devida à falta de acesso às ecografias ecográficas, sendo por isso urgente ouvir o Ministro da Saúde.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos (PS) lembrou que a Direção Executiva do SNS já propôs diversas medidas para a melhoria da capacidade assistencial do SNS, nomeadamente na área da ginecologia-obstetrícia. Tendo referido que foram apresentadas e implementadas medidas para aumentar a oferta destes meios de diagnóstico. Deu nota que a abordagem agora é mais equitativa, de modo a permitir o acesso atempado das grávidas às ecografias obstétricas, bem como visa rentabilizar a capacidade instalada no SNS. Apesar



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

do acesso das grávidas às ecografias estar garantido, o GPPS não se irá opor à audição do Ministro da Saúde.

O Deputado João Dias (PCP) começou por dizer que este requerimento caracteriza a essência da IL no que concerne a quem deve prestar os cuidados de saúde, dando nota que a IL está preocupada é em garantir os acordos e convenções com o setor privado, que contribui para uma descapitalização do SNS, recordando o valor das verbas do Orçamento do Estado que vão diretamente para a contratação da prestação de cuidados no setor privado, ao invés de irem para o SNS. Referiu que o PCP não se opõe à vinda do Ministro da Saúde, até porque tem interesse em saber que medidas estão a ser desenvolvidas para que se reverta a situação que se tem assistido no SNS.

A Deputada Joana Cordeiro (IL) sublinhou que a IL defende que o cidadão deve poder escolher onde ir e que quer os três setores (público, privado e social) fortes e concorrentes. Porém, sublinha que este não é um requerimento de pendor ideológico, porquanto o que importa é que as pessoas tenham acesso aos cuidados de saúde.

O Deputado Rui Cristina (PSD) referiu que o GPPSD acompanhará o requerimento, porquanto o que interessa é que o SNS seja assente nos três pilares.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE, tendo este grupo parlamentar indicado previamente o seu sentido de voto (a favor).

17. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição urgente do Ministro da Saúde, da FNAM, do SEP e da ex-diretora do serviço de obstetrícia do Hospital de Santa Maria, «sobre a saída de



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

profissionais do Serviço de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital de Santa Maria e as consequências para o atendimento à grávida na região de LVT»

O Deputado João Dias (PCP) apresentou o requerimento do PCP começando por referir que o PCP tem trazido ao debate parlamentar as consequências das opções políticas que têm sido tomadas, nomeadamente no que se refere ao atendimento às grávidas, em especial na região de Lisboa e Vale do Tejo. Referiu que, acoberto de uma decisão técnica, tem sido dada a ideia de que as obras no serviço de ginecologia-obstetrícia do Hospital de Santa Maria trariam uma grande revolução naquele serviço. Sublinhou que o PCP não nega a importância das obras, porém as obras que estão a ser efetuadas ficam muito aquém do que é necessário. Por outro lado, deu nota que os profissionais não foram ouvidos, que não foi acautelada, nomeadamente, a manutenção dos serviços em instalações provisórias, as consequências da integração dos profissionais em equipas de outra unidade hospitalar também sobrecarregada, bem como não foi tido em conta o aumento de partos na região de Lisboa e Vale do Tejo. Sublinhou que os profissionais de saúde foram desconsiderados e que estão sobrecarregados, exaustos e desmotivados o que pode levar a mais saídas do SNS. Concluiu dizendo que vê no debate parlamentar partidos que, desde o início, votaram contra a criação do SNS ou que defendem Sistema Nacional de Saúde, que leva ao negócio da doença, o que não contribui para o reforço do SNS.

O Deputado Rui Cristina (PSD) sublinhou que o PSD não votou contra a constituição do SNS em 1979, mas sim contra a proposta do PS, porquanto o PSD apresentou outro projeto de lei.

Seguiu-se uma discussão entre o Deputado João Dias (PCP) e o Deputado Rui Cristina (PSD) sobre a criação do SNS e o sentido das votações em 1979, tendo,



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

no fim, o Deputado Rui Cristina (PSD) referido que iria enviar a todos os Deputados o Projeto de Lei n.º 261/II/3.ª (PSD).

O Deputado Pedro Frazão (CH) referiu que votará a favor do requerimento, porque não tem complexos ideológicos, tendo questionado o Deputado João Dias sobre quais as razões que levaram à escolha da FNAM e o SEP.

O Deputado Luís Soares (PS) aludiu aos argumentos já aduzidos a propósito do requerimento apresentado pelo BE, solicitando ao PCP que fossem desagregadas as votações. Solicitou ao PCP a desagregação das entidades: por um lado o Ministro da Saúde, a FNAM e o SEP e, por outro lado, a ex-diretora do serviço de obstetrícia do Hospital de Santa Maria.

O Deputado João Dias (PCP) deu nota que, na exposição de motivos do requerimento, estão patentes as razões pelas quais se optou por estas entidades. No que concerne à desagregação da votação, o PCP opõe-se ao solicitado pelo GPPS.

Submetido a votação, o requerimento, foi rejeitado, com o voto contra do PS e com os votos favoráveis do PSD, CH, IL e PCP, registando-se a ausência do BE, tendo este grupo parlamentar indicado previamente o seu sentido de voto (a favor).

18. Outros Assuntos

O Presidente da Comissão de Saúde recordou que o debate temático sobre o SNS, requerido pela Comissão de Saúde, está agendado para próxima sexta-feira, 15 de setembro. Lembrou, ainda, que nesse dia terá lugar, às 16h00, no Salão Nobre, o Colóquio sobre o 44.º Aniversário do SNS, que contará com as intervenções: do Presidente da Assembleia da República, da Dra. Graça Freitas,



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

do Dr. Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, do Dr. António Tavares, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto e do Ministro da Saúde.

O Presidente deu nota que, no mesmo dia, será publicado digitalmente «O ato fundador do SNS nas atas do debate parlamentar», que contém a transcrição de todas as propostas sobre a criação do SNS, bem como as atas da discussão que ocorreu em sessões plenárias.

O Presidente lembrou que terminou no dia 11 de setembro o prazo para apresentação de propostas de alteração para o Projeto de Resolução n.º 795/XV/1.ª (PS)- «Recomenda a realização de estudo multisectorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira» e para o Projeto de Lei n.º 811/XV/1.ª (PS) - «Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS)» que baixaram à Comissão de Saúde na especialidade. Referiu que será agendada a discussão e votação na especialidade destas iniciativas para a próxima reunião.

O Presidente informou que a Comissão de Saúde recebeu, do Gabinete da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, a proposta de datas para as audições regimentais do Ministro da Saúde para a 2.ª Sessão Legislativa: 1.ª audição regimental no âmbito do OE2024, a 2.ª audição para o dia 7 de fevereiro de 2024, a 3.ª audição para o dia 17 de abril de 2024 e a 4.ª audição para o dia 19 de junho de 2024.

Nenhum Deputado se opôs às datas sugeridas.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

O Presidente sugeriu que o prazo para apresentação de propostas para o Plano de Atividades da 2.ª Sessão Legislativa fosse o 26 de setembro, de modo a que o plano seja votado na última reunião do mês.

O Presidente referiu que foram recebidos pedidos de parecer sobre a realização de eventos na Assembleia da República:

- Dermatite Atópica - solicita Auditório Almeida Santos para 14 de setembro (data será alterada em função da sua proximidade);
- Saúde Mental - organização de um evento em outubro;
- Estudo Epi-Asthma- momento em sala para apresentação do Estudo; visita à Unidade Móvel e apresentar a exposição “Traços D’asma;
- Escolas Médicas Portuguesas (CEMP), no seguimento do convite para o colóquio sobre o 44.º aniversário do Serviço Nacional de Saúde solicitaram a disponibilização de uma sala para a reunião do CEMP, no dia 15 de setembro, às 14h00, e assim viabilizar a presença dos Diretores das Escolas Médicas no colóquio. Nesta reunião estarão presentes cerca de 6 pessoas e os restantes elementos estarão a distância.

Nem destes eventos mereceu a oposição de nenhum Deputado.

O Deputado Luís Soares (PS) perguntou se tinha sido recebido alguma informação do Governo no que se refere aos pedidos de informação no âmbito do exercício do direito de petição, tendo o Presidente dado nota que não.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada podendo a sua versão áudio ser consultada neste [link](#).



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 13 setembro 2023.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
João Dias Coelho (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)
João Dias (PCP)
António Monteiro (PS)
Berta Nunes (PS)
Jorge Botelho (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Patrícia Faro (PS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XV/ 1.ª SL

Sara Velez (PS)
Helga Correia (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Pedro Filipe Soares (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Oliveira (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Melo Lopes (PSD)
Catarina Martins (BE)
Paula Santos (PCP)
José Moura Soeiro (BE)